

**Informativo do Sindicato Estadual dos Profissionais
da Educação do Rio de Janeiro**

27 DE MARÇO TEM PARALISAÇÃO DE 24 HORAS

Ato às 11h na prefeitura e à tarde vigília na Câmara de Vereadores

Os profissionais de educação da rede municipal do Rio de Janeiro vão paralisar as atividades, por 24 horas, dia 27 de março, data prevista de votação da proposta de Plano Municipal de Educação (PME) da prefeitura.

Neste dia, às 11h, ocorrerá ato na prefeitura (Cidade Nova) convocado pelo Movimento Unificado em Defesa do Serviço Público Municipal (Mudspm-RJ) contra o decreto do prefeito Crivella de reforma da Previdência (leia pag 2) - além disso, ele não antecipou o 13º, alterou a data do nosso pagamento, entre outros ataques a nossos direitos.

Às 14h do dia 27, a categoria realiza ato na Câmara de Vereadores (Cinelândia) para acompanhar a votação do PME.

A gestão de Crivella já está no 2º ano, sem qualquer negociação salarial com o funcionalismo pú-

blico. Crivella descumpra a Lei Orgânica e sequer garante a correção salarial pelo percentual da inflação deste período. Além da perda salarial (reivindicamos 13% de reajuste), a categoria sofre com as péssimas condições de trabalho e a interferência ainda maior na sua autonomia pedagógica.

No dia 27, vamos parar nossas atividades e ir, primeiro, para a frente da prefeitura, às 11h, e depois para a Câmara de Vereadores, às 14h, acompanhar a votação e sensibilizar os vereadores para que não aprovem o PME da prefeitura de Crivella – uma proposta de PME meritocrática; que não valoriza os profissionais que trabalham na escola; não respeita diferenças; não respeita a democracia.

Queremos uma escola construída por nós que trabalhamos nela e por isso o PME precisa refletir essa construção

Sepe denuncia ao MP plano municipal de educação

A direção do Sepe protocolou uma representação junto ao Ministério Público sobre o Plano Municipal de Educação no Município do Rio de Janeiro (PME), reafirmando sua luta por mais democracia e transparência no processo. Na denúncia, o Sepe afirma que o PME é um documento que tem como escopo principal uma Conferência realizada em 2015, isto é, há três anos, que nem sequer foi democrática e representativa.

2018 seria o ano da revisão do Plano. Por isso, reivindicamos a realização, em conjunto com a comunidade escolar, de uma nova Conferência Municipal de Educação, que garanta o debate da escola pública e democrática que queremos.

Por isso, o sindicato expôs ao MP sua preocupação quanto à garantia de efetiva e ampla participação social, sendo esta um direito fundamental e alicerce do Estado Democrático de Direito, além da necessidade de retomar o debate sobre o Plano nas Unidades Escolares.

Eixos de lutas aprovados na assembleia do dia 24/2

Os profissionais de educação da rede municipal do Rio se reuniram em assembleia no Clube Municipal, na Tijuca, e deliberaram os seguintes eixos de mobilização, incluindo o índice de perdas salariais que a categoria irá reivindicar como recomposição:

- Índice de reajuste: 13% (Dieese);
- Contra a reforma da Previdência de Crivella;
- Retorno do calendário de pagamento para o 2º dia útil;
- Convocação imediata de concursados;
- Imediata implementação do 1/3 de atividades extra-classe (cumprimento da Lei federal nº 11.738/2008 – “Lei do Piso”);
- Jornada de 30 horas para funcionários;
- Correção da escolaridade e enquadramento no quadro do magistério, como professor de cargo AEI;
- Respeito à paridade e integralidade dos aposentados;
- Fim das perseguições políticas na rede municipal do Rio de Janeiro.

Crivella faz decreto mudando Previ-Rio: servidores vão reagir!

Em um ataque direto aos funcionários, o prefeito Crivella assinou o decreto 44.283, no dia 5 de março, mudando a Previdência dos servidores da Prefeitura do Rio.

O decreto muda as regras do abono permanência e acaba com a integralidade de proventos na aposentadoria (o direito do funcionário se aposentar com o salário integral).

No caso do abono, os funcionários públicos ativos que já têm tempo suficiente de trabalho para requerer a aposentadoria (mas continuam no serviço público) terão que voltar a contribuir para a Previdência. Além disso, muitos profissionais que tinham direito, não recebiam por causa do atraso nos processos durante a gestão de Eduardo Paes.

Já em relação à integralidade, a partir de agora, pela nova regra, a renda mensal inicial vai considerar a média dos 80% maiores salários da atividade. Essa mudança valerá para os que ingressaram no serviço público a partir de 19 de fevereiro de 2004.

Não contente com isso, o prefeito enviou à Câmara o projeto de lei que prevê a taxação de 11% para aposentados e pensionistas que recebem acima de R\$ 5.645,80. O PL, no entanto, ainda será discutido pelos vereadores e certamente sofrerá alteração - muitos professores, incluindo diretores de escola, recebem acima desse valor e serão taxados.

O Sepe também vai requerer ao seu Departamento Jurídico que analise o decreto do prefeito; isso porque há dúvidas sobre a constitucionalidade do mesmo; e irá à Câmara de Vereadores para falar com o líder do governo, vereador Jairinho.

O servidor do município não pode pagar por uma crise que não foi causada por ele. Com isso, exigimos transparência na gestão do Previ-Rio!

A rede municipal de Educação do Rio irá paralisar as atividades no dia 27 de março, data prevista para a votação do PME pela Câmara. No mesmo dia, às 11h, os profissionais de educação participam do ato em frente à prefeitura, 11h, contra a reforma da previdência e a retirada de direitos.

STJ nega recurso à prefeitura do Rio e mantém ação do Sepe do 1/3 de planejamento extraclasse

O recurso da prefeitura do Rio de Janeiro junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra o cumprimento do 1/3 para planejamento pedagógico extraclasse, conforme determinado na ação do Sepe em 2012, teve negado o seu provimento por meio de de-

cisão da ministra Regina Helena Costa, da 1ª Turma do STJ, no dia 07/12/17.

Permanece, dessa forma, a exigência e os efeitos da medida liminar deferida, no sentido de que a prefeitura aplique a redução do número de aulas na jornada correspondente, garantindo o planejamento com reserva total de no mínimo 1/3 para estas atividades de estudos, planejamento e avaliação fora da interação com os educandos assim em favor de todos os professores da rede.

Sepe faz levantamento sobre os problemas da rede municipal do Rio

A direção do Sepe e os responsáveis de alunos das escolas municipais do Rio se reuniram com o Ministério Público Estadual dia 27/2. Quem promoveu o encontro foi o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação do MPRJ.

No encontro, que contou com relatos emocionados e desesperados dos pais e responsáveis sobre os problemas com a falta de vagas, fechamento de turmas e turnos da Educação Infantil, falta de professores, superlotação de turmas, problemas com climatização e falta de estrutura na rede, o Sepe apresentou nossas denúncias sobre o problema que acontece em todas as CREs. O MP se comprometeu a marcar nova reunião para o retorno da pauta.

Ao final da reunião, a direção do sindicato também entregou aos procuradores do MPRJ um documento com os argumentos da categoria para a retirada da urgência da votação do Plano Municipal de Educação, que se encontra na Câmara de Vereadores e pode ser votado a qualquer momento.

Também nos comprometemos a entregar ao MP informações sobre a rede. Para isso, a categoria precisa enviar ao Sepe, no endereço de email secretaria@seperj.org.br, as seguintes informações:

- 1) Nome e endereço da escola;
- 2) Qual a carência de profissionais na sua escola?
- 3) Existe superlotação de turmas?
- 4) Existe rodízio de turmas?
- 5) Existe falta de vagas e fechamentos de turmas de Educação Infantil?
- 6) Quais os problemas estruturais de sua unidade (falta de quadra, rede elétrica etc)?
- 7) Existe problema na climatização?
- 8) Existe falta de mediadores na Educação Especial?
- 9) Ausência de recursos pedagógicos (copiadoras, materiais etc)?
- 10) Turmas em casa.